

História local: reflexões sobre o ensino e a pesquisa das histórias indígena e afro-brasileira

Local History: Reflections on Teaching and Research of Afro-Brazilian and Indigenous History

Lorena Oliveira Vieira*
Tailane de Oliveira Dias**

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre teorias e metodologias de ensino, partindo da relação intrínseca que há entre o trabalho do/a professor/a e do/a pesquisador/a com base nos possíveis usos de relatos orais e escritos no âmbito local. Procuramos, com isso, versar sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, tratando das questões de história afro-brasileira e indígena a partir de um estudo de caso sobre o município de Paula Cândido (antigo São José do Barroso), que se localiza a, aproximadamente, 230 quilômetros da capital mineira Belo Horizonte. Palavras-chave: educação; pesquisa; História indígena e afro-brasileira.

ABSTRACT

This article aims at reflecting on teaching theories and methodologies based on the intimate relationship between the teacher's and the researcher's work, taking into account possible oral and written accounts at the local level. Therefore, we seek to deal with the laws 10,639/03 and 11,645/08, discussing Afro-Brazilian and Indigenous History starting from a case study in Paula Cândido (old São José do Barroso), a city located around 230 kilometers from the state capital Belo Horizonte. Keywords: education; research; Afro-Brazilian and Indigenous History.

PROFESSOR-PESQUISADOR E SEU TRABALHO COM A HISTÓRIA LOCAL

O objetivo deste artigo é levantar reflexões sobre o ensino e a pesquisa no trabalho com a história local, bem como refletir sobre formas de aproximar a pesquisa historiográfica e o ensino escolar a partir do uso de documentos escritos e orais. Se o trabalho com a história local é comumente identificado

* Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, Paula Cândido, MG, Brasil. lorenahist2014@gmail.com

** Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, Paula Cândido, MG, Brasil. tailane.o.dias@gmail.com

como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, também pode ser para a reflexão da pesquisa e do fazer historiográfico. Para isso, apresentaremos, como estudo de caso, nossa análise sobre a história de Paula Cândido – município da Zona da Mata mineira que se localiza acerca de 230 quilômetros de Belo Horizonte – e propostas para o trabalho em sala de aula. Daremos especial atenção às histórias indígena e afro-brasileira, amparadas nas reflexões sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Enquanto professoras do ensino fundamental e médio, estamos inseridas em um contexto escolar em que pouco se trabalha a história local e notamos a falta de recursos e materiais didáticos que possibilitem trabalhar fontes locais, bem como a repercussão de conceitos estereotipados, que costumam ser construídos nos anos iniciais, em relação a índios e quilombolas. Nesse sentido, Selva Guimarães Fonseca afirma que as séries iniciais do ensino fundamental constituem um período ideal para se difundir ideias conservadoras e que “os argumentos locais e regionais eram e são, muitas vezes, usados como formas de mascarar os conflitos e contradições presentes na sociedade” (FONSECA, 2006, p. 125).

Com isso, como professoras-pesquisadoras, procuramos encontrar e analisar fontes sobre o município em questão e levá-las para o trabalho em sala de aula. Em 2018, realizamos projetos interdisciplinares que envolviam História e Artes, sobre a história e a cultura da comunidade quilombola Córrego do Meio, localizada no distrito de Airões; e entre História e Geografia, cujo objetivo foi analisar a história do município e suas paisagens. Os resultados foram exibidos para a comunidade na Feira Cultural da Escola Estadual Professor Samuel João de Deus e em ambos os projetos foram trabalhadas fontes escritas e orais. No início de 2020, tivemos a oportunidade de realizar uma pesquisa para o museu Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, sobre a história e a cultura do município de Paula Cândido, suas origens, formação da sociedade e a presença indígena, escrava e afrodescendente.

Tivemos acesso a documentos do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Paula Cândido, Atas de Batismo e Sepultamento de escravos da Casa Paroquial, Atas da Festa do Rosário, Arquivo Público Mineiro e ao relato de viagem dos alemães Karl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix (1938), que passaram pela região em abril de 1818. Além disso, fize-

mos entrevistas com a população local. Os resultados encontrados com essa pesquisa trouxeram à tona a importância de professores/as buscarem outros conhecimentos, alimentar sua curiosidade e valorizar a história do local em que se vive e/ou trabalha.

Os trabalhos tradicionais sobre a história de Paula Cândido¹ não fazem uma discussão satisfatória sobre o papel de indígenas e afro-brasileiros na formação da sociedade paulacandidense, tampouco sobre a história da escravidão. No entanto, a recente titulação da Comunidade Quilombola Córrego do Meio trouxe outros olhares sobre essa história, propondo, direta ou indiretamente, uma crítica sobre os grupos sociais que atuavam até então.

A história local, como importante instrumento de iniciação dos/as alunos/as nas especificidades próprias da disciplina de História, possibilita que eles/as se compreendam como parte de uma coletividade, podendo fornecer elementos para a formação de sua identidade e também para sua compreensão como sujeitos históricos (BARBOSA, 2006, p. 66). Permite que se vejam como parte de uma história conectada a contextos mais amplos e que reflitam, a partir do cotidiano e das suas relações sociais, sobre as mudanças e permanências com o passado. Além disso, possibilita ao/à professor/a problematizar o saber histórico, explorando, por exemplo, as diferentes versões sobre um mesmo fato, as relações de poder que envolvem o que será lembrado e o que será esquecido, os conflitos sociais entre a história das elites e a história popular. Revela ainda que a história é uma construção passível de interpretações e escolhas e sofre influência da conjuntura em que é escrita.

Desse modo, nossa investigação nos trouxe inúmeros questionamentos em relação à pesquisa e ao ensino de História, tais como: como trabalhar com a história local? A partir de quais princípios epistemológicos e historiográficos? Já que, no dia a dia, são muitas as estórias e/ou histórias que se contam... Seria como Antônio Biá, personagem do filme-documentário *Narradores de Javé*, diz: “uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito” (NARRADORES, 2004)? Como lidar com as tantas versões para um mesmo fato? Ao historiador que toma para si a tarefa de escrever sobre a história local, qual papel lhe cabe? Ter o compromisso com a verdade dos fatos? Deixar-se levar pelas suas inclinações políticas? Dar voz a quem?

A PESQUISA E O ENSINO EM HISTÓRIA LOCAL

Acreditamos que um caminho necessário a ser trilhado na tarefa de responder aos questionamentos acima seja procurar pistas tal qual um detetive, cujo ofício se aproxima do trabalho do historiador: procurar fontes documentais que possibilitem o levantamento de hipóteses que, por sua vez, se relacionem com as várias versões do passado espalhadas na boca do povo. Nesse sentido, consideramos pertinente as seguintes reflexões de Samuel:

A evidência oral pode [...] ser crucial para a compreensão do pano de fundo. Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmos, apesar de muito trabalhados, não fornecem [...]. A história oral pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita [...] [e] deve deixar o historiador mais faminto por documentos, e não menos; e quando ele os achar, poderá usá-los de uma maneira mais ampla e mais variada [...]. Ele precisará dos documentos para enriquecer e informar seu questionamento, para permitir aos mortos falarem aos vivos e, aos vivos, falarem aos mortos. (SAMUEL, 1990, p. 231, 237)

Ou seja, pesquisa documental e pesquisa oral devem se complementar, ao mesmo tempo em que devem ativar o olhar crítico do historiador sobre os fatos, pois “o relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica; como o morto” (SAMUEL, 1990, p. 239). Nesse sentido, no ofício do historiador não há neutralidade, e isso as discussões a partir da Escola dos Annales deixa claro:

[o historiador] está consciente de que escolhe, nesse passado, aquilo de que fala e, assim fazendo, coloca, a esse passado, questões selectivas. Por outras palavras, constrói o seu objecto de estudo delimitando não só o seu período, o conjunto dos acontecimentos, mas também os problemas colocados por esse período e por esses acontecimentos, e que terá de responder. (FURET, s. d., p. 84)

Sendo assim, quem pesquisa está inserido numa realidade, com uma visão política sobre o mundo, fazendo escolhas em relação ao que pesquisar e levantando questionamentos sobre o passado. Não há neutralidade, mas há compromisso com a veracidade dos fatos, uma vez que a História é uma ciência.

Convém então também nos questionar:

Se os estudos do local são relevantes no processo de construção das identidades; se esse processo, na educação escolar, deve pautar-se na realidade em que vivemos, ou seja, numa sociedade marcada pela pluralidade étnica, religiosa, cultural e, também, por profundas desigualdades sociais e econômicas, como fugir às armadilhas, em especial àquelas que insistem em impor, no processo educativo nas escolas, uma memória das elites dominantes locais e nacionais? Como não permitir que a escola seja, como denomina Finocchio, “uma máquina imponente de memória institucionalizada”? Qual será o sentido da transmissão de uma memória local articulada à nacional, nas escolas, onde coexistem culturas e grupos tão diferentes? (FONSECA, 2006, p. 133)

Desse modo, na pesquisa com a história local, fica claro que os conflitos sociais no presente se manifestam na escrita da história, tornando-a um campo de disputa: quais memórias são apresentadas? As memórias das elites? As memórias populares? Ambas as memórias?

Na tentativa de responder às questões acima, consideramos fundamental que o/a historiador/a, assim como o/a professor/a de História, ainda que tenham as suas visões de mundo, devam procurar revelar as diferentes versões da história, dar voz a distintos sujeitos sociais, procurando entender as tramas que os une ou os desune. Para fugir dos reductionismos locais, outra questão fundamental é a relação entre o micro e o macro: quais as semelhanças e diferenças com outras histórias? Quais as conexões com outras histórias? Assim, é necessário compreender a História como um campo de análise e interpretação baseado em várias hipóteses e comparações.

Partindo desses questionamentos, acreditamos que as reflexões no âmbito da pesquisa em história local devam estar aliadas às reflexões sobre o ensino de História. Ao/À professor/a de História, seu trabalho será tão mais completo na medida em que consiga suscitar esses debates em sala de aula, levando os alunos a refletirem sobre a História, não enquanto um campo de conhecimento estanque, mas, ao contrário, como um campo em constante construção e problematização, palco de conflitos entre diferentes grupos sociais. Além disso, o estudo da história local pode despertar interesse no/na estudante, na medida em que passa a perceber que tudo é histórico, que as narrativas que lhe foram apresentadas até então podem não estar distantes de sua realidade, ou, se estão, permite que ele saiba diferenciá-las.

A autora Circe Bittencourt afirma que

o uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares [...] e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade. (BITTENCOURT, 2008, p. 333)

Também salienta que a escolha dos documentos e seus usos deve despertar interesse, ser atrativa e levar em conta a idade escolar do/da estudante, não impondo muitos obstáculos para sua compreensão (BITTENCOURT, 2008, p. 330). Sabemos que a realidade escolar nos impõe uma série de obstáculos, e se faz cada vez mais urgente pensar novas formas de abordar o conhecimento histórico que não seja aquele da história global isolada ou ainda da história nacional que não faça sentido para o/a estudante.

O uso de diversos tipos de fontes materiais e imateriais enriquece o trabalho do/da professor/a e estimula a curiosidade histórica do/a estudante. Também é necessário construir saberes fora das quatro paredes concretadas das salas de aulas e construí-los ao ar livre, nas ruas e praças da cidade. No entanto, práticas desse tipo exigem um planejamento com objetivos e metodologias que sejam efetivas na aprendizagem e interessem ao/à aluno/a. Pensando dessa forma, faz-se necessária a elaboração de propostas metodológicas a partir das discussões realizadas, já que o material didático sobre história local,

quando existe, na maioria dos casos, deixa a desejar, pois, em nenhum momento, contempla-se a participação popular, nem o cotidiano desses agentes como seu componente, ficando de fora, assim, a possibilidade de um ensino que atente para o fortalecimento de uma identidade local coletiva e supere a dicotomia entre a produção e a transmissão do conhecimento. (BARBOSA, 2006, p. 65)

Desse modo, é necessário que o/a professor/a extrapole o espaço escolar e, ao mesmo tempo, consiga, dentro desse espaço, pensar em outras formas de lidar com a história local. Essa visão possibilitaria trabalhos em sala de aula que propiciariam aos/às estudantes conhecerem o lugar em que vivem, compreenderem a formação da sociedade que o compõe, personagens e grupos históricos marginalizados e, a partir disso, assimilarem um contexto político, cultural e social mais amplo.

AS MEMÓRIAS E AS FONTES ESCRITAS SOBRE A HISTÓRIA INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO: UM POSSÍVEL PERCURSO DE TRABALHO PEDAGÓGICO

Os conhecimentos sobre os indígenas e os negros, especialmente em regiões interioranas, passam pela oralidade, sendo ainda pouco documentados. No caso de Paula Cândido, não existia até então documento que tratasse das vivências indígenas no local; em relação à história dos negros, não havia uma pesquisa que sistematizasse os dados sobre a história da escravidão. Da mesma forma, não há nenhum trabalho que relacione essas histórias ao horizonte regional. Assim, fez-se necessário pesquisá-las a fundo e ir costurando os conhecimentos orais com os escritos para formar possíveis narrativas e sugerir questões.

HISTÓRIA INDÍGENA

A Lei 11.645/08, que garante o ensino da história indígena nas escolas, passou por um longo processo de lutas, tornando urgente pensar em metodologias educacionais que democratizem o estudo desses povos. Desse modo, para além dessa garantia teorizada, é necessário pensar em possibilidades para sua prática de modo que atinja os/as alunos/as e os/as conectem com temas que podem ir desde a Pré-História no Brasil à atual formação de grupos indígenas que buscam por suas identidades.²

Oralmente, sabe-se que a história de Paula Cândido tem algo de semelhante com a de outros lugares, ou seja, que essa terra um dia foi habitada por indígenas, que por aqui se constituíram grandes fazendas, cujos proprietários eram homens religiosos, que produziam cana-de-açúcar e café. Sabe-se também que a gente dessa terra presenciou a escravidão e que os escravos teriam ajudado a construir a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma obra comandada por senhores, e que desde 1853 é símbolo da cultura religiosa, tão importante para o município.

Inicialmente, para introduzir a história indígena local, é preciso contextualizar nossa região, a Zona da Mata mineira, que no período da mineração fazia parte dos “Sertões do Leste” ou “Áreas Proibidas”. De zona proibida passou a área de expansão das fronteiras coloniais a partir de meados do século XVIII, com a decadência do ouro (ALVES, 2009, p. 47). Muitas vezes foi des-

crita na historiografia que a região nessa época passou por um processo de povoamento, mas essa visão desconsidera o fato de que a região já era densamente povoada por indígenas das mais diversas etnias e grupos, entre os quais estão os puris, coroados, coropós e botocudos (VENÂNCIO apud ALVES, 2009, p. 39).

Desse modo, a primeira forma de escravidão foi a que subjugou os indígenas, que, tanto foram feitos escravos pelos bandeirantes e sertanistas quanto passaram por um processo de escravidão velada, “abrigados em casebres [...], criados como curucas, fora do convívio das tribos e submetidos, muitas vezes, a trabalhos compulsórios – num verdadeiro processo de escravidão velada” (AGUIAR, 2010, p. 108).

Se houve casos de indígenas fazendo parceria com os colonizadores para guiá-los nas matas da região (ALVES, 2009, p. 37) – que, pelos relatos de época, pareciam impenetráveis, repletas de animais perigosos e índios considerados “bravios” (CARNEIRO, s. d., s. p.) – e também que se uniram aos “homens brancos” contra tribos inimigas; também temos relatos da resistência indígena contra a exploração e a violência da colonização. Entretanto, tal “união”, não significa, como ressalta Fernando Lamas, que os indígenas não a usaram como método para defender seu território (2017, p. 3).

Pesquisadores como Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur revelam que a segunda metade do século XVIII foi o “ápice da violência” (RESENDE & LANGFUR, 2007, p. 8) contra esses povos na região da Zona da Mata. Documentos do Arquivo Público Mineiro (APM) mostram tanto abusos de poder do Diretor Geral dos Índios, Guido Thomaz Marlière, quanto a busca por defesa legal por parte de indígenas, já que, “considerados súditos da Coroa desde as reformas pombalinas, os Coroados e Coropós [...] sentiam-se no direito de enviar uma petição ao Rei solicitando a punição dos que usurpavam as terras que, por uma concessão régia, lhes pertenciam” (AGUIAR, 2010, p. 108). Essas terras eram demarcadas e, teoricamente, os indígenas aldeados deveriam permanecer nela; poderiam plantar e teriam uma igreja e um pároco que os catequizessem, conforme demonstra o documento abaixo:

Francisco de Paula Silveira Alferes do Districto de São Jozé do Barrozo [...] medidor aprovado. Aos trinta e hum dia dos mes de Agosto de mil oitocento e dezenove [...] foi dito que tinha Provizão da Junta Militar da Conquista e Sivilização

dos Índios desta Capitania de Minas Geraes [...] para fundar um Estabelecimento para os Índios Puris, levantar Igreja para elles e demarcar lhes terras quantas forem bastante para sua cultura e sustentação [...]. [sic] (APM, Seção Colonial, SG-CX.111-DOC.60)

Esse registro é um exemplo da demarcação autoritária, que delimitava o território dos primeiros moradores da região da mata. Seu uso possibilitaria discussões em sala de aula, que poderiam ser suscitadas pelas seguintes perguntas: quem seria Francisco de Paula Silveira? Como era pensada essa demarcação? Como era feita a escolha do terreno? O São José do Barroso que aparece no documento seria o mesmo que deu origem à atual cidade de Paula Cândido?

A partir disso, podemos refletir sobre a contribuição que o confronto com diferentes fontes pode trazer para o ensino da história local. Em livro de notas³ de São José do Barroso (atual Paula Cândido), de 1838, encontra-se lista de nomes de homens que se candidatavam a participar da Guarda Nacional da Companhia do Distrito; essa lista, bem como as votações que se seguem, foram assinadas pelo juiz de paz Francisco de Paula Silveira. Portanto, não seria errôneo analisar que os nomes que aparecem em ambos os documentos, com cerca de duas décadas de diferença, fazem referência à mesma pessoa. Essas informações, que vão se complementando na medida em que outros documentos vão sendo apresentados, podem dar ao/à estudante a chance de entender melhor a complexidade do trabalho de pesquisa histórica.

É possível ainda discutir em sala de aula a resistência indígena na Zona da Mata, amparando-se em estudos historiográficos recentes que revelam combates envolvendo índios e invasores de suas terras e também de índios que atacavam povoamentos e lavouras em represália. Tomamos conhecimento desses embates também por meio da leitura de documento encontrado no Arquivo Público Mineiro, em que temos acesso a informações de serviços de (re)aldeamento de indígenas que teriam invadido uma fazenda na atual cidade de Viçosa, antiga Santa Rita do Turvo:

[...] estando o Aldiamento dos Índios Puris na Fazenda denominada de Joze Ribeiro, no Distrito de Santa Rita do Turvo, facilitou O Alf^{es} Joze do Monte da Fonseca [...] algumas Praças da Divizão que Commanda afim de ajudar a conter os ditos Índios naquele lugar [...] que o seu Aldiamento he mesmo no Quartel Geral do Rio da Casca [...]. [sic] (APM, Seção Colonial, SG-CX.84-DOC.42)

Outras questões podem surgir ao utilizar esse registro: que prestígio teria o fazendeiro que tinha tamanho suporte para retirar os indígenas de suas terras? Quais os interesses estavam por trás desses aldeamentos? Sair desse território demarcado a mando de estrangeiros, como o próprio Guido Marlière, seria uma forma de resistência? Qual o papel de Marlière nesse sentido? Teria sido ele de fato um pacificador? Vale enfatizar, no uso de documentos como esse, o lugar de fala de quem o escreveu, já que grande parte dos registros que temos desse período foram escritos pelos colonizadores.

Destacamos que a Zona da Mata teria sido o último reduto dos índios da região sudeste, que vieram do litoral fluminense, fugindo dos invasores (AGUIAR, 2010, p. 204). Foi, por assim dizer, durante um bom tempo, um grande quilombo de diferentes povos indígenas que viviam livres em suas matas. Mas, hoje em dia, pouco restou de suas histórias e são recentes os estudos na historiografia sobre suas culturas, por tanto tempo silenciadas e esquecidas, perdidas numa miscigenação de rostos que não têm como esconder sua ancestralidade, mas cuja memória se perdeu no breu do tempo.

A história indígena no município passa por relatos orais e conhecimentos muitas das vezes generalizados acerca de tribos brasileiras. Ainda pouco se fala nas tribos que aqui viviam, seu modo de vida e organização social. Por meio da pesquisa que realizamos, identificamos a passagem do botânico Von Martius e do zoólogo Von Spix por São José do Barroso (Paula Cândido). A partir da leitura de seu relato de viagem, foi possível ter um conhecimento mais detalhado sobre nossa região no início do século XIX e as tribos que povoavam suas montanhas e leitos dos rios. Fora esse relato escrito e os orais, que estão presentes na cultura do município, percebemos uma história silenciada, especialmente no que diz respeito à violência exercida sobre as mulheres indígenas.

Toda vez que se pretende falar sobre a origem da cidade, inicia-se a conversa pelo mesmo viés eurocêntrico que guia os debates sobre a história do Brasil: a partir da ocupação do território por estrangeiros. Mas, tanto na história do Brasil, quanto na de Paula Cândido, é necessário repensar essa conversa, e começar a dar um sentido mais crítico a ela. No município não se fala em descendência indígena além da história da avó índia, pega no laço – uma clara demonstração da arbitrariedade em que alguns casamentos e/ou concubinatos aconteciam, para além da violência sexual exercida sobre os corpos objetificados e inferiorizados das índias.

Propaga-se a ideia da não perpetuação de nenhuma tradição ou traço físico indígena na população paulacandidense atual. Sendo assim, o trabalho em sala de aula que trate de debater esse assunto tem muito a contribuir com a construção de um conhecimento sobre os povos indígenas que habitavam a região, levantando questionamentos sobre essa descendência, permitindo reconhecer costumes e características físicas.

O relato de viagem de Martius e Spix nos traz alguns detalhes sobre as características dos Puris e dos Coroados dessa região, que tinham baixa estatura, pernas magras, ombros e rostos largos, olhos e orelhas pequenos – essas não eram “furadas e nem desfiguradas por objetos pesados” (SPIX & MARTIUS, 1938, p. 303), em comparação aos Botocudos. A pele era avermelhada, os pés eram estreitos no calcanhar e largos na parte dos dedos, as mãos estavam quase sempre frias, os dedos eram finos, com unhas corroídas. Os cabelos eram escuros e, no restante do corpo, não se via muitos pelos (SPIX & MARTIUS, 1938, p. 302).

Sendo assim, é possível questionar: não há mais ninguém com algumas dessas características no município? Como os alemães enxergavam os indígenas? Que referências usavam? Tendo o conhecimento prévio de que se tratava de dois alemães, que vinham de lugares frios, acostumados a usar vestimentas capazes de proteger a pele das baixas temperaturas, que estavam percorrendo o Brasil e já tinham tido contato com outras tribos, como os Botocudos, é possível perceber, então, o olhar do estrangeiro. Esses não enxergavam com naturalidade a figura do indígena, mas percebiam cada característica, cada movimento, cada costume, como algo exótico.

A sociedade, apesar da percepção que se demonstra no relato, era bem organizada e, ainda que houvesse uma divisão de tarefas, as mulheres trabalhavam mais. Quando migravam, elas eram as responsáveis por carregar as crianças pequenas, utensílios e mantimentos em suas cestas; nas aldeias, elas plantavam e colhiam, preparavam a mandioca ou milho para as refeições e festejos e buscavam, às vezes, a caça abatida pelos homens. Esses fabricavam armamentos, mantinham acesas as fogueiras das choças, caçavam e preparavam a caça para a refeição – entre os preferidos estavam cutia, paca e macaco (SPIX & MARTIUS, 1938, p. 306).

Os casamentos eram realizados cedo, as meninas se casavam geralmente entre os 10 e 12 anos com meninos que tinham entre 15 e 18, e não havia festejo nessa ocasião, apenas o oferecimento de uma caça como símbolo do sus-

tento. Quando engravidavam, as mulheres tinham um cuidado com a alimentação que também era seguido pelos maridos, em que evitavam o consumo de algumas carnes, preferindo peixes e frutas (SPIX & MARTIUS, 1938, p. 308). Em relação ao parto, os viajantes registraram que

logo que chega a hora [...], a mulher vai ao mato e ali pare, escondendo-se do luar, e em geral sozinha, sem auxílio algum; o cordão umbilical é roto ou cortado com os dentes. A parturiente, logo depois, vai ao córrego banhar-se e lavar a criança, e em seguida cuida, como antes, de suas obrigações domésticas. [...] Amiúde a criança ainda é amamentada pela mãe até os cinco anos, depois cresce o petiz sem amor algum da parte do pai. (SPIX & MARTIUS, 1938, p. 306-7)

Interessante notar como os alemães descreveram a relação pai e filho e como a descrição do modo de vida tem semelhanças e diferenças que podem ser exploradas pelos/as estudantes. Pensamos que esse tipo de descrição (detalhada e de cunho social) pode interessar muito a eles/as, justamente por ser uma espécie de espelho do passado, podendo refletir nossa sociedade atual em que as mulheres fazem boa parte das tarefas domésticas, cuidam das crianças e ainda dão conta do trabalho fora. É possível pensar a respeito de várias questões, tais como relações familiares, de gênero, alimentação e o parto natural.

A descoberta da passagem de Martius e Spix por nosso município permite inserir Paula Cândido no itinerário de viajantes que tanto contribuíram para conhecer os caminhos do território brasileiro. Permite afirmarmos com certeza que o entorno do nosso município foi habitado por indígenas. Além disso, o relato dos viajantes referencia as tribos indígenas Puris e Coroados e descreve com minúcia sua organização física, social e religiosa. Explorar essas questões em sala de aula, conjuntamente com uma visão crítica sobre a história indígena da Zona da Mata, pode contribuir para a reflexão sobre os silenciamentos na história, a necessidade de evidenciá-los e a formação de identidades a partir do reconhecimento dessa história.

HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Fruto de intensa luta do movimento negro, a lei 10.639/03, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira,

evidenciou os apagamentos, as invisibilidades e as desigualdades no campo do ensino e da aprendizagem, que perpassavam os âmbitos acadêmico, da produção literária e do ensino escolar (GOMES, 2008).

Se tradicionalmente indígenas, europeus e africanos são identificados como os três principais grupos étnicos fundadores do Brasil, sabe-se que a história sempre privilegiou o elemento europeu, silenciando as histórias dos grupos dominados, ou tratando-as de forma insuficiente, quando não pejorativamente. A história dos vencedores prevaleceu por muito tempo – e em muitos casos ainda prevalece como história oficial, sendo ensinada nas academias e nas escolas.

A lei em questão, portanto, atenta para a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas, estudos e iniciativas educacionais que permitam a valorização da matriz africana na história brasileira. Nossa pesquisa insere-se nessa perspectiva, pois, para entendermos a história e a cultura afro-brasileira, é imprescindível a compreensão da história da escravidão, suas especificidades locais e relações com essas memórias no município. Por fim, compreender as origens e as lutas no presente da comunidade quilombola Córrego do Meio.

Algumas questões que perpassam nosso trabalho são: como a história dos escravizados é contada no nosso município? Como era a vida dos escravos? Com o que trabalhavam? Tinham eles alguma margem de participação na sociedade escravocrata para além do trabalho forçado? Quais as suas estratégias de resistência? Como se deu a abolição e o pós-abolição em nosso município? Quais as permanências e as mudanças com esse passado escravocrata? Como vivem os afrodescendentes no nosso município? Como trabalhar com a história e a cultura afro-brasileiras desconstruindo a versão do dominador? Esses questionamentos seriam pertinentes em sala de aula.

Segundo Samuel, ao trabalharmos com a história local a partir da história oral, temos “uma ideia muito mais imediata do passado” (Samuel, 1990, p. 220), uma vez que o historiador “a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos” (Samuel, 1990, p. 220). Esse foi o sentimento ao pesquisarmos sobre as memórias da escravidão no município, isso porque ainda encontramos tanto descendentes de fazendeiros quanto descendentes de escravos cujos avós viveram durante o período da escravidão, que oficialmente acabou em 1888. Nesse sentido, há a possibilidade de questionar as

visões sobre a história da escravidão na localidade, que teria perdurado no município para além da data da assinatura da Lei Áurea, e isso aparece nos relatos orais. Todavia, aparece também uma visão que considera que a escravidão no local teria sido mais branda, sendo esta recorrente nas falas de descendentes de fazendeiros. Portanto, caberia o questionamento: essas afirmações são contraditórias? É possível encontrar alguma pista nos documentos que nos permita levantar hipóteses sobre elas?

Nesse sentido, quatro tipos de documentos poderiam ser explorados: as Atas da Festa do Rosário, as Atas de batismo de escravos, Carta de alforria encontrada no Cartório Municipal e a Lista Nominal encontrada no Arquivo Público Mineiro. Sugerimos a utilização de trechos de documentos para despertar a curiosidade dos/as alunos/as para o conhecimento do passado, e para reportá-lo a uma temporalidade diferente da sua, procurando incitar o seu estranhamento e, assim, levá-lo a refletir sobre esse passado que nos vem como problema, como questionamento e como pesquisa; e não como uma verdade irrefutável, por ser fato consumado.

A partir da análise da Relação Nominal de Habitantes do distrito de São José do Barroso de 1831 (APM, Seção Mapas de População, MP-CX.02-DOC.22), identificamos que a maioria dos fogos possuía de 1 a 5 escravos, inserindo o distrito no contexto da Zona da Mata, em que os fazendeiros tinham pequenos plantéis (ALVES, 2009, p. 144). Sendo assim, os escravos possivelmente tinham uma relação mais próxima com os senhores dado o baixo número de cativos por domicílio.

Nas atas da Festa de Nossa Senhora do Rosário, do Arquivo Paroquial, a partir de 1853, percebemos que senhores e escravos faziam parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Os escravos compunham a parte festiva, enquanto senhores compunham, além desta, a parte administrativa. O ano de 1855 teria sido o único em que rei e rainha da festa foram escravos, sendo “Rei João Tropeiro escravo da Sra. Dona Clara, Rainha Julianna escrava do Sr. Manoel Carneiro de Faria” (Acta de Eleição da Festa do Rosário, 1855). Então, temos uma evidência de uma sociabilidade entre senhor e escravo para além do trabalho servil.

Já no estudo das Atas de Batismo da Casa Paroquial, encontramos com mais frequência senhores apadrinhando escravos, mais até do que escravos apadrinhando escravos. Nesse ponto, caberia ao/à professor/a levantar a refle-

xão sobre quais conclusões se poderia tirar dessas informações. E caberia também relacionar esse fato à história da escravidão no Brasil como um todo, uma vez que essa prática era comum (MATTOSO, 1990, p. 133). Com isso, levar o/a aluno/a a refletir sobre a complexidade da estrutura social do escravismo na nossa sociedade, uma vez que ela não se constitui somente de açoites e castigos, mas também foi marcada por uma relação paternalista entre senhores e escravos, conforme as fontes revelam.

Na análise de carta de alforria do Livro de Notas do Cartório Municipal, encontramos uma que fora escrita condicionalmente pelo senhor. Ao escravo Antônio é dada a liberdade apenas três anos após o prazo da morte de seu senhor: estando esse preso à sua profissão de criado, é obrigado a manter-se fiel a este e sua esposa dentro do período previsto.

Digo eu abaixo assignado Joze Fernandes Ribeiro, que sou senhor e possuidor de um escravo de nome Antonio, criado, de idade de vinte e cinco anos pouco mais ou menos, cujo escravo eu tenho deliberado a dar-lhe carta de liberdade e como de facto a faço condicionalmente, o dito escravo ficará me servindo como dantes, logo que faltar a minha existência, ficará o dito escravo servindo a minha mulher pelo espaço de três annos a contar-se do dia do meu fallecimento e logo que finalizar o referido prazo de treis annos ficará o dito escravo no gozo de sua liberdade como se de ventre livre nascesse, isto é a contar-se os treis annos do dia do meu falecimento em diante. E por ser esta a minha vontade e por eu não poder escrever, pedi a João Rodrigues de Oliveira que por mim passasse esta carta de liberdade [...]. (Livro de Notas do Cartório Municipal, 1885, grifo nosso)

Note-se que a referida carta foi escrita em 1885 e justo três anos depois a escravidão é abolida. Se o senhor morreu no mesmo ano do registro, então o escravo teria sido libertado no ano da abolição da escravidão, mas se isso não se deu, ocorrendo em um dos três anos subsequentes, fica o questionamento se o escravo teria sido libertado com a Lei Áurea ou se estaria preso a essa condição, dado o registro no cartório.

Curioso comparar esse fato à história das alforrias no Brasil como um todo, uma vez que, “às vésperas da abolição, grande número de senhores concederam liberdade a dezenas de escravos, sob a condição de que continuassem a trabalhar gratuitamente durante sete anos: maneira legal de prolongar a escravidão” (MATTOSO, 1990, p. 168). Portanto, segundo essa ideia, o escravo

Antônio teria continuado escravo ainda por um tempo após a referida lei. Tal carta, portanto, parece ter sido escrita para libertar um escravo fiel, ainda que com condicionantes. Mas também é um indício de um recurso jurídico para estender a prática da escravidão.

Portanto, a análise das fontes documentais deveria ser usada pelo/a professor/a de História como forma de levar o/a aluno/a a compreender a natureza investigativa do trabalho do historiador e levá-lo a refletir sobre as evidências documentais em relação às especificidades da escravidão na localidade. Elas nos levam a afirmar que, muito provavelmente, prevaleceu uma relação paternalista entre senhores e escravos no município. Daí, pode ser que tenha nascido uma das versões, que considera que a escravidão no local teria sido mais branda, uma vez que os senhores conviviam com escravos na Irmandade do Rosário e apadrinhavam seus filhos. Também, a pouca quantidade de escravos por fogos pode levar a essa mesma conclusão. Mas destacamos que o fato de ser uma relação paternal não necessariamente implica que foi amena.

Já sobre a permanência da escravidão no município após a Lei Áurea, encontramos apenas a carta de alforria acima. Todavia, os relatos orais evidenciam uma realidade de exploração e submissão presentes nas relações de trabalho, que se estenderam no pós-abolição (e, em alguns casos ainda se estendem) na relação entre patrão e empregado no meio rural.

A história documental e a história oral comparadas, revelam-nos permanências herdadas do período escravocrata. Possibilitar essa compreensão por parte dos alunos/as deve levá-los/as a refletir sobre a complexidade das relações sociais e de produção, base para a formação de um pensamento crítico sobre a realidade que os circunda.

Atualmente, a luta por direitos sociais pela comunidade Córrego do Meio, que desde 2014 é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, é uma clara ruptura com o passado escravocrata no município. Nesse sentido, é fundamental que o/a professor/a de História realize discussões que permitam aos/às alunos/as compreender o processo de formação da comunidade como sujeito político, que atualmente conquista direitos, historicamente negados a esse povo. Para a realização desse trabalho, o recurso à história oral possibilita ao/à professor/a explorar vários assuntos, que vão desde a origem da comunidade às reminiscências sobre a escravidão e a organização coletiva para a conquista do título de comunidade quilombo-

la. Ainda permite refletir sobre as tradições culturais preservadas no local, como o Congado, as Folias, e também suscitar o debate sobre o acesso aos direitos que estão sendo acessados por esse povo. Todas essas questões foram trabalhadas no projeto envolvendo as disciplinas de História e Artes, citado no início deste artigo.

São inúmeras as possibilidades de trabalho com a história da escravidão e a história e a cultura afro-brasileiras no município. O/a professor/a poderia explorar o caráter mercadológico do escravizado, sendo que os documentos de compra e venda explicitam a sua natureza de “coisa”, cujo senhor tinha sobre ele: “[...] toda posse, domínio e senhorio [...]” (Livro de Notas do Cartório Municipal, 1884-1888). Permite também tratar o escravizado como um sujeito. Para isso, documentos sobre as Atas da Festa do Rosário, que revelam uma participação do escravo nas festividades do município, seriam pertinentes porque mostram uma sociabilização do escravo para além dos meios produtivos.

Da mesma forma, um recurso jurídico encontrado em documentos do Cartório Municipal explicita uma consciência de direitos por parte de Francisco Correa, que moveu uma ação de liberdade no ano de 1887. Tivemos acesso à procuração do senhor Antônio Vieira de Almeida, na qual nomeava um advogado, um capitão, um alferes e um certo Antônio Hermogene Pereira Roza, com o seguinte teor:

Ano [...] de mil oitocentos e oitenta e sete, aos três dias do mez de Fevereiro [...], nesta freguezia de São Joze do Barrozo [...] compareceo como outorgante Antonio Vieira de Almeida, morador nesta mesma freguezia, [...] nomeia e constitui seus bastantes procuradores insolidum o Advogado Doutor Carlos Peixoto de Mello, solicitador Capitão Joaquim Pereira de Mello e Alferes João Rodrigues de Oliveira, e em Ouro Preto Antônio Hermogene Pereira Roza, especialmente para defender a elle outorgante, em uma acção de liberdade que lhe propoem o seu escravo Francisco Correa [...]. (Livro de Notas do Cartório Municipal, 1887)

A partir desse documento, podemos suscitar o debate em sala de aula com os seguintes questionamentos: sabemos, a partir dos documentos analisados, que os escravos raramente possuíam sobrenome, então, por que será que esse escravo o tinha? Com quais grupos ele convivia? Como ele conseguiu mover uma ação de liberdade? Quais teriam sido as justificativas legais que ampararam um desejo de liberdade em plena escravidão? O documento colabora pa-

ra uma desconstrução da versão que ainda prevalece nos livros didáticos do escravo como meramente uma peça na engrenagem produtiva. E, ainda, permite fazer comparações com os diversos tipos de resistência escrava presentes na história do Brasil.

CONCLUSÃO

As leis 11.645/08 e 10.639/03 enfatizam a necessidade de se trabalhar com as histórias indígena e afro-brasileira, cujas memórias foram relegadas, apagadas e/ou silenciadas na construção da nossa história. Ainda hoje, os materiais didáticos não fazem jus a essa lacuna, reproduzindo em muitos aspectos uma narrativa eurocêntrica e elitista. Dessa forma, ao trabalhar com a história local, o/a educador/a pode questionar essas ausências e dar voz aos grupos oprimidos. Para essa finalidade, é interessante unir ensino e pesquisa, bem como relatos escritos e orais.

A carência documental que presenciamos no município reflete um contexto mais amplo do apagamento da história indígena, de sua memória e de suas tradições, e desconsidera seus traços presentes na população, ainda que muito evidentes. Então, o papel do/da professor/a é questionar essa memória hegemônica, que trata os índios como selvagens, bárbaros e incivilizados, relegando-os a uma posição inferiorizada. Com isso, também contribui para uma valorização da história e cultura indígenas.

Identificamos também que até então não havia nenhum estudo sobre a história da escravidão no município, prevalecendo relatos orais e análises pontuais de documentos. Procuramos, a partir da relação entre documento escrito e história oral, analisar as possibilidades interpretativas dessa questão de modo a pensar na complexidade das relações sociais no passado e no presente.

Em relação ao pós-abolição, encontramos poucos registros documentais sobre a história do negro no município. Isso corrobora a necessidade do/da professor/a de procurar romper com os muros da escola, uma vez que a presença negra no município é marcante, quer seja na cultura popular, advinda predominantemente do período escravocrata, quer seja na busca por reconhecimento de seus direitos com a recente titulação da Comunidade Quilombola Córrego do Meio.

Nem todos os questionamentos propostos em sala de aula precisam ter

respostas. Ao/À professor/a cabe incentivar, indagar e contribuir para a construção do conhecimento coletivo que se realiza no espaço escolar. Os relatos escritos e orais, como temos enfatizado ao longo do texto, têm muito a somar nesse percurso por metodologias que aproximem o/a aluno/a da compreensão de que história não é (só) passado e, portanto, não é estática.

Por fim, mostra-se imprescindível para um estudo histórico dentro da sala de aula que se relacione com a realidade ao seu entorno, que o/a professor/a se compreenda enquanto pesquisador/a e, nesse caminho, busque desconstruir as versões contadas e escritas pelo viés das elites. Assim, é necessário evidenciar os conflitos, questionando aquilo que não é dito ou que é propositalmente silenciado.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios Puri-Coroado da mata central de Minas Gerais no início do oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). *Revista Mosaico*, Goiás, v. 4, n. 2, 2010.
- AGUIAR, José Otávio. Revisitando o tema da guerra entre os índios puri-coroado da mata central de minas gerais nos oitocentos: relações com o estado, subdiferenciações étnicas, transculturações e relações tensivas no vale do rio pomba (1813-1836). *Mnemosine Revista*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 2010.
- ALVES, Romilda Oliveira. *Fronteira em expansão: população, terra e família na Zona da Mata mineira 1808-1850*. Dissertação (Mestrado em História) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-7XNPMS>. Acesso em: 31 jul. 2020.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de história local: redescobrimos sentidos. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, 2006.
- BARROS, Carlos Henrique Faria de. Ensino de história, memória e história local. *Criar Educação – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC*, v. 2, n. 2, Ilheus, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARNEIRO, Patrício; MATOS, Ralfo. *Geografia histórica de ocupação da Zona da Mata Mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”*. S. d. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A081.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

- CARVALHO, Carlos Henrique de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 6, 2007.
- FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. *Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2006.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial. Por um projeto educativo emancipatório. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez., 2008.
- LAMAS, Fernando. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. *Projeto História*, São Paulo, n. 44, jun., 2012.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- NARRADORES de Javé. Direção de Eliane Caffé. Rio de Janeiro: Riofilme, 2003. 1 DVD (100 min).
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: A resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El Rei. *Revista Tempo*, Niterói, 2007.
- REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios participação política: fazendeiros da zona da mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2008.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, 1989.
- TAVARES, Aparecida de Fátima. *Entre o café e o açúcar: perfil econômico dos produtores de Visconde do Rio Branco (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF. Juiz de Fora, 2013.

NOTAS

¹ Ver os trabalhos memorialistas de Geraldo Lisboa e Coronel Aristides Pompeu, que viveram suas infâncias em Paula Cândido e foram os primeiros a se dedicar às memórias e à história do município, ainda que não sejam historiadores de formação. POMPEU, Aristides. *A Verdadeira História de Paula Cândido*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVF, s. d.; LISBOA, Geraldo. *A segunda história de Paula Cândido*. Ibitiré: DGF Edições, 1997.

² Atualmente, os Puris tentam se reorganizar nos municípios de Araçuaia e Barbacena e retomar seu espaço, cultura e memórias ancestrais, tão renegados e esquecidos nessa região da Zona da Mata. Cf. CAMARO, Pablo Matos; LIMA, Ana Paula Ferreira. *Povos indígenas em Minas Gerais*. Cedefes, 2017. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/#>.

³ Esse Livro de Notas pertencia ao Cartório de Notas do Distrito de São José do Barroso e hoje está sob posse do ex-secretário de cultura.